

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS		INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS				INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleos	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
							POs	ITRS / Manuais				
Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Apoio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo NPF, visando a subsunção e o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Direitos Organizacionais Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Federal nº 5.640/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.303/2016 Lei Orgamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas do Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Aleigo	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Aleigo	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.
			Atendimento a Solicitações	Ouidoria		Resolução Administrativa nº 09/2022 Resolução Administrativa nº 13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Resolução Administrativa nº 13/2024 PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, certidões, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.
			Apreciação de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.
	Promoção da Transparência e do Controle Social	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas.	Apreciação de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo		Constituição do Estado de Goiás Lei nº 16.186/2007 (Lei Orgânica) Resolução nº 23/2008	PO Gerir Observatório de Políticas Públicas PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Diretoria de Fiscalização de Pessoal Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Política Pública e Indicadores Homologados (ii) Indicador publicado (iii) Relatório do Artigo 30.	Tribunal e Partes Interessadas Tribunal e Partes Interessadas Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo. (ii) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo. (iii) Prover conhecimentos a respeito do número total das entidades e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as atividades da administração indireta ou fundacional, nos termos da Lei nº 30 CH/1995.
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 09/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Alisson Nascimento						(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Direitos Organizacionais Lei Orgamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Diretoria de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, incluindo determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.
			Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 09/2014) Resolução Administrativa nº 13/2022 Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP) NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão de ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os trabalhos de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Auditoria Financeira	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização de Contas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Auditoria Operacional	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Inspeção	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
Controle Direto	Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação dos dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a existência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo			NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão de ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os trabalhos de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Levantamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Monitoramento Programado	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Acompanhamento	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação de Políticas Públicas Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
							ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis.
							ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de legalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO													
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emissor(es) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
Controle com Intervenção a Tercos			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.188/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0003/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 NBASP 10 NBASP 140	PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades inerentes ao âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades fim de controle externo.	
							PO Instruir Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo Diretoria de Fiscalização do Eixo Social Diretoria de Fiscalização do Eixo Administrativo Diretoria de Fiscalização de Contas Diretoria de Fiscalização de Pessoal Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviço de Engenharia Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional; (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades fim de controle externo.	
							PO Representar ao Tribunal		Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica técnica e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.	
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo									
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.	
				Secretaria-Geral			PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Controle de Deliberações				
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 06/2021		Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e Interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.	
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo									
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo									
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo						(i) Resposta a consultas com orientações de caráter consultivo.	Consultores	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.	
			Avaliação da Estrutura de Governança, Planejamento e Gestão	Secretaria de Controle Externo		CGO I CGO II NBR ISO 15000:2018 Resolução Atocon nº 05/2014 Resolução Normativa TCE-GO nº 6/2019	Manual de Avaliação dos Controles Internos dos Poderes, Órgãos e Entidades do Estado de Goiás	Secretaria de Controle Externo	(i) Avaliação da estrutura de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados, incluindo o Controle Interno, Ouvidoria, Corregedoria, Planejamento Estratégico, entre outros. (ii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de governança, planejamento estratégico e gestão.	Administração Pública	(i) Contribuir para o bom funcionamento e melhoria contínua da estrutura interna de Governança, Planejamento e Gestão dos Jurisdicionados do TCE-GO, promovendo o fortalecimento da cultura de controle integrado e contínuo, transparência e efetividade da gestão pública. (ii) Orientar quanto a procedimentos adequados e boas práticas de governança, planejamento estratégico e gestão.		
				Avaliação de Programas					Secretaria de Controle Externo				
Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Tercos	Secretaria de Controle Externo										(i) Informação sobre índices de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE; Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil, Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de irregulieis. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.
Organização de Cobrança Executiva	Secretaria-Geral					(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.					
	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em julho	Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em julho.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Prestar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instância.					
Gestão de Pessoas		Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida	Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 04/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 003/2014)	PO Gerir Política de Gestão de Pessoas	Manual do Portal de Gestão de Pessoas	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.	
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Competências	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores PO Gerir Contratação de Estagiário e Menor Aprendiz	Manual de Funções de Terceirizados	Diretoria de Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistematiza de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.	
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Alton Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Ação Formativa		Escola Superior de Controle Externo Alton Nascimento	(i) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Contratores Sociais.	
							PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca PO Gerir Banco de Instrutores e Corpo Docente		Escola Superior de Controle Externo Alton Nascimento Coordenação Acadêmica-Pedagógica	(i) Banco de Instrutores e corpo docente formado. (ii) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(ii) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.	
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Alton Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Escola)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional		Escola Superior de Controle Externo Alton Nascimento	(i) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade em partes interessadas.	(i) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.	
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 01/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE - GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (ii) Desenvolver competências gerenciais e profissionais.	
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa		Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022; Portaria nº 990/2023. PPA - Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias LRA - Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.188/2007 Constituição do Estado de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 LEI 4.302/2014 Constituição Federal Emenda Constitucional nº 102/2019 Lei Complementar Estadual nº 161/2020 Lei Estadual nº 15.122/2005 Resolução Normativa nº 007/2009 Portaria nº 854/2018-GP/RES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento		Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal				
							PO Gerir Atos de Pessoal		Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (ii) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.	
			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa		PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional Política de Gestão de Pessoas PRRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	PO Realizar Atendimento Clínico - Psicologia ou Geriatria Laboral		Serviço de Bem-Estar				
							PO Realizar Atendimento Clínico - Médico e Odontológico		Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho				
							PO Gerir Ocorrências de Segurança do Trabalho	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Ambiente de trabalho seguro e saudável. (ii) Práticas relativas à qualidade de vida das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional. (ii) Promover o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional.	
							PO Responder Situações de Emergência	Manual de Abandono de Área do TCE-GO	Diretoria de Administração				
								Manual de Supervisão das Rotinas de Segurança do Trabalho	Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho				

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO																	
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO								
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados						
PROCESSOS DE SUPORTE (NPS)	Logística e Sustentabilidade	Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-GO.	Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa		CLT – Art. 168 Portaria nº 3.214/78 Ministério do Trabalho NR-1 - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais; NR-7 – PCMSO; NR-10/ NR-16 - Lei nº 13.123/05 Lei nº 19.573/2016 Resolução Administrativa nº 14/2025 Normas internas do TCE-GO	PO Gerir Saúde Ocupacional	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Conformidade Legal em Saúde e Segurança do Trabalho, no âmbito do TCE-GO	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Estabelecer e padronizar as atividades que envolvem o gerenciamento da saúde e segurança do trabalhador no âmbito do TCE-GO; (ii) Assegurar a identificação, avaliação e controle dos riscos ocupacionais; (iii) Garantir o acompanhamento da saúde dos servidores por meio de exames médicos; (iv) Assegurar a conformidade com a legislação vigente e normas internas.						
						Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional	Diretoria de Gestão de Pessoas	(i) Pesquisa de Clima Organizacional realizada (ii) Plano de Ação Monitorado	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(i) Diagnosticar e monitorar a percepção global dos servidores no tocante ao ambiente de trabalho, influenciando o comportamento profissional e, consequentemente, o desempenho da instituição.						
						Lei Estadual nº 17.928/02; Lei Nacional nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Estadual nº 9.880/21; Portaria nº 229/2023 – GPRRS; Portaria nº 310/2024 – GPRRS; Lei nº 38.044/07; Instrução Normativa nº 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 71/2023 Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.121/23; Decreto Estadual nº 10.139/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NBR ISO 37001:2017	PO Gerir Aquisições	Diretoria de Administração	(i) Planilhas procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins). (ii) Aquisição de bens e produtos necessários para a realização das atividades do Tribunal.	Tribunal	(i) Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficientemente; (ii) Controlar e registrar os procedimentos para a execução de despesas de pequena monta e de pronto pagamento, assegurando celeridade, legalidade, economicidade, razoabilidade e controle dos atos administrativos, em conformidade com a legislação aplicável e as normas institucionais vigentes						
							PO Solicitar Aquisição	Diretoria de Administração									
							PO Gerir Compra de Pequeno Valor	Diretoria de Administração									
							PO Executar Compras pelo Fundo Rotativo	Diretoria de Administração									
							PO Gerir Licitações na Modalidade Pregão	Diretoria de Administração									
							PO Gerir Contratações	Manual para Entrega de Materiais Diretoria de Administração									
							Manual para Emissão de Notas Fiscais Diretoria de Administração										
							PO Gerir Contratos Ativos	Diretoria de Administração									
							PO Processar Registros e Alterações Contratuais	Diretoria de Administração									
							PO Gerir Processos de Pagamentos	Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal									
						Manual de Aplicação de Sanções em Licitações e Contratos	Serviço de Licitações										
			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa		Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022)	PO Gerir Manutenção Predial	Serviço de Infraestrutura Predial	(i) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(i) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.						
			Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa		Resolução Administrativa nº 02/2014 Lei Complementar nº 101/2006 Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 19/2022 Instrução Normativa Interscintilar nº 31/2023 - Economia/SEAD; Instrução Normativa nº 02/2020; Instrução Normativa Contábil nº 01/2019 Manual das Contas Pagadoras	PO Gerir Patrimônio	Serviço de Material e Patrimônio	(i) Sistemática de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.						
						PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal	Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal										
						PO Gerir o Cumprimento das Obrigações Tributárias e Acessórias	Serviço de Contabilidade										
						PO Realizar o Fechamento Bancário Mensal	Serviço de Contabilidade										
						Sustentabilidade	Secretaria Administrativa					Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais	Secretaria Administrativa	(i) Atendimento de requisitos legais (ii) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.	Tribunal, Sociedade	(i) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à aspectos de sustentabilidade.
													PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais, Aplicativos e Outros	Secretaria Administrativa			
													PO Gerir Resíduos	Serviço de Infraestrutura Predial			
						Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa					Resolução Administrativa nº 02/2014 Lei Federal 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) Resolução Administrativa TCE-GO Nº 19/2022 Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos; Lei nº 1342/2021; Lei nº 1346/2021; Decreto Estadual nº 10/2023; Normas Regulamentadoras 1 - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e 7 - PCMSO	PO Gerir Estoque	Diretoria de Administração	(i) Sistemática de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.	Tribunal	(i) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.
													PO Fornecer Transporte	Manual dos Constituintes de Veículos do TCE-GO Diretoria de Administração e Serviço de Logística			
													PO Gerir Passagens Aéreas	Diretoria de Administração			
			PO Gerir Operação da Lanchonete e Restaurante	Serviço de Administração Geral													
			PO Gerir Execução dos Serviços de Facilites	Diretoria de Administração e Serviço de Administração Geral													
			PO Gerir Manutenção Veicular	Diretoria de Administração e Serviço de Logística													
			PO Controlar Vencimento de CNH e CRLV	Diretoria de Administração e Serviço de Logística													
			Gestão de Laboratórios de Engenharia	Secretaria de Controle Externo		NR-12 Lei Orgânica do TCEGO (LOTCE); Lei Estadual nº 16.168, de 11/02/2007; Regimento Interno do TCEGO (RITCE); Resolução nº 002/2018	PO Gerir equipamentos, Controle e Manutenção	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(i) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(i) Subsidiar autoridades, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.						
							PO Gerir Equipamentos, Instrumentos e Utensílios - Controle, Calibração, Verificação Orientativa e Análise	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia									
							PO Gerir Atividades de Apoio Tecnológico em Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Apoio Tecnológico em Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia									
							ITR Identificação, Acondicionamento e Descarte de Amostras	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia									
							ITR Realizar Ensaios Laboratoriais em Amostras de Solos e Misturas Asfálticas	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia									
							ITR Controle de Material de Consumo	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia									
							ITR Controle de Resíduos do Laboratório de Análise de Solos e Misturas Asfálticas (LABTCE-GO)	Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia									
			Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016	PO Gerir Atendimento de Suporte de TI	Serviço de Suporte Técnico de TI	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(i) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.					
								PO Gerir Desenvolvimento de Software Terceirizado	Serviço de Sistemas de Informação								
								PO Gerir Backup	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI								
								PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software	Serviço de Sistemas de Informação								
								PO Gerir manutenção terceirizada de Software	Serviço de Sistemas de Informação								
			Segurança da Informação				Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Dados e informações integrados e armazenados com garantia de disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade.		(i) Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trabalhem na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade dessas informações.					
								PO Gerir Vulnerabilidades	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI								
Plano de Continuidade de TI/Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação																
PO Gerir Ativos de Informação	Manual de Segurança da Informação Diretoria de Tecnologia da Informação																
							PO Gerir Processos de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO) ITR Gerir Processos de Trabalho (DI-MEC)	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.					

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO													
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.		Gestão dos Processos de Trabalho	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI		Manual do Bixagi aplicado ao TCE-GO				(i) Sistema de gestão integrado (SGI) do TCE-GO auditado. (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI. (iii) SGI certificado.	
						PO Geri Auditorias do SGI	ITR Geri Auditorias do SGI	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal, Sociedade			
						PO Geri Indicadores Estratégicos		Diretoria de Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(ii) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial. (iii) Gestão da estratégia baseada em resultados.		
			Gestão da Accountability Institucional	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Geri Accountability do SGI	Secretaria de Planejamento	(i) Boletim de Governança e Gestão (BGG). (ii) Relatório de atividades da Di-Plan.	Tribunal, Sociedade	(ii) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas. (iii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.		
			Corregedoria-Geral	Realizar Prestação de Contas		Corregedoria-Geral	(ii) Prestação de Contas das atividades da Corregedoria	Unidades do Tribunal, Presidência do TCE-GO, Sociedade	(i) Entregar informações com confiabilidade, rastreabilidade e comparabilidade, de modo a subsidiar o planejamento estratégico, a tomada de decisões da Corregedoria-Geral e o monitoramento do desempenho institucional, promovendo a transparência e o aprimoramento contínuo da gestão processual.				
			Gestão da Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento			PO Geri Inteligência Organizacional	Secretaria de Planejamento	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO). (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.		
			Gestão da Melhoria Contínua	Secretaria de Planejamento		Manual do SGI	PO Geri Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal, Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais. (ii) Estimula à melhoria contínua do TCE-GO. (iii) Quantificação do atingimento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.	
			Gestão das Partes Interessadas	Secretaria de Planejamento			PO Geri Partes Interessadas		Diretoria de Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal, Parte Interessada	(i) Identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.	
			Gestão de Riscos	Secretaria de Planejamento		Resolução Normativa nº 06/2020	PO Geri Riscos		Diretoria de Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal, Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.	
			Gestão da Estratégia	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Geri Plano Estratégico		Diretoria de Estratégia	(i) Objetivos estratégicos alcançados.	Tribunal, Sociedade	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.	
					PO Geri Plano de Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(ii) Plano de Fiscalização gerenciado.	Tribunal, Sociedade, Jurisdicionados					
						PO Geri POT1	Diretoria de Tecnologia da Informação		Tribunal	(i) Implementação de sistemas corporativos com uso de ferramentas de informação.			
			Gestão da Inovação	Secretaria de Planejamento		Res. Adm. nº 14 de 2025 Manual de OIGLO - OCDE - 4ª Edição 2018; Política e Manual do SGI; Res. Norm. 1/2023; Res. Adm. 13/2024; Res. Adm. 14/2024	PO Geri Inovação		Diretoria de Estratégia / Serviço de Inovação	(i) Portfólio de inovações consolidado.	Partes interessadas internas e externas	(i) Gestão da Inovação, visando o estímulo, a captação, o desenvolvimento e a divulgação de inovações, bem como o fortalecimento da cultura de inovação no âmbito do TCE-GO.	
			Gestão da Estrutura Organizacional	Secretaria de Planejamento		Resolução Administrativa nº 14/2025	PO Geri Estrutura Organizacional		Diretoria de Melhoria Contínua	(i) Organograma. (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistematiza a alocação de competências e realização de operações.	
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação		Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação	Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal, Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.	
						PO Geri Atendimento à Imprensa		Manual de Gestão da Rádio TCE-GO					
						PO Geri Interações em Meios Digitais							
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno		Resolução Administrativa nº 10/2019 Resolução Administrativa Nº 20/2024 Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) * Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos * Lei nº 13.799/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados	PO Planejar e Gerir Atividades do Controle Interno		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.	
							PO Exercer Controle Interno dos Atos de Gestão		Diretoria de Controle Interno				
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir a Transparência Institucional		Diretoria de Controle Interno				
							PO Analisar Processos Administrativos		Diretoria Jurídica	Poder Judiciário; Tribunal	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica. (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial.		(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.
							PO Analisar Processos Judiciais						
			Gestão do Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral		* Resolução Conjunta ATRICON-CCOR nº 39/01/2014 * Resolução ATRICON nº 01/2025 * Referencial de Combate à Fraude e Corrupção Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do Tribunal de Contas da União * Manual de Integridade Pública – OCDE, 2022 * Resolução Administrativa nº 01/2022 * Resolução Administrativa nº 1/2014 * Resolução Administrativa nº 08/2015 * Resolução nº 02/2008 * Resolução Administrativa nº 13/2024	PO Gerir Processo de Responsabilização Disciplinar e Conduta Funcional	Corregedoria-Geral	Tribunal, Sociedade	(i) Responsabilização Disciplinar aplicada; (ii) Apuração de Conduta Funcional realizada.		(i) Garantir o devido processo legal, a uniformidade de procedimentos, transparência, legalidade em conformidade com as normas internas e com os princípios da administração pública.	
Gestão dos Processos Correicionais	Corregedoria-Geral		* Resolução nº 22/2008 * Resolução Administrativa nº 8/2015 * Resolução Administrativa nº 14/2025 * Resolução Conjunta ATRICON-CCOR Nº 1/2014 * Resolução ATRICON nº 01/2025 * Lei Estadual nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007 e alterações posteriores	PO Gerir Processos Correicionais	Corregedoria-Geral	Tribunal	(i) Correções e inspeções realizadas conforme padrão estabelecido.		(i) Assegurar a elaboração, aprovação e publicação do Plano Anual de Correções e Inspeções, o planejamento adequado, uniformidade de procedimentos, confiabilidade das informações e rastreabilidade das ações executadas nas Correções e inspeções realizadas pelo CORREG, com seleção criteriosa das unidades, definição de objetivos e metas, e a observância dos princípios da legalidade, eficiência, transparência e melhoria contínua da gestão do TCE-GO.				
Gestão de Integridade	Corregedoria-Geral		Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria-Geral	(i) sistemática de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.				
	Secretaria de Planejamento				Manual de Integridade	Comitê de Integridade Corporativa (CIC)							
Gestão Documental e Arquivística	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008 – RTCEGO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 08/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 05/2017; Resolução Normativa nº 6/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 24/2023 – GPRES; Portaria GP/CAFC nº 01/2023; Lei Estadual nº 13.800/2001; Lei nº 17.639/2020; Decreto nº 8.808/2016; Portaria 316/2022 GPRES; Portaria 954/2023 – GPRES; Resolução nº 22/2008 – RTCEGO; Resolução Administrativa 17/2024; Resolução Administrativa nº 06/2024; Resolução Normativa nº 16/2017; Resolução Normativa 08/2022; Resolução Normativa 5/2024; Lei nº 16.226/2008; Lei nº 18.050/2013; Lei nº 8.159/91; Lei nº 12.527/2011; Lei nº 12.682/2012; Lei nº 13.799/2019; Decreto nº 10.279/2020; Resolução CONARQ nº 51/2023	PO Geri Autuação de Processos e Cadastro de Documentos	Serviço de Protocolo e Remessas Postais	Tribunal	(i) Processos autuados e documentos cadastrados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal.				
				PO Geri a Conservação de Documentos e Processos em Suporte Físico	Serviço de Arquivamento	Tribunal	(i) Documentos e processos físicos armazenados e conservados adequadamente.	Tribunal	(i) Preservação do acervo físico de documentos e processos do Tribunal.				
				PO Geri Arquivamento de Processo Eletrônico	Serviço de Arquivamento	Tribunal	(i) Processos arquivados		(i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.				
				Manual de Especificação e Padronização Documental	Secretaria-Geral	(i) sistemática de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redação oficial. (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional. (iii) Atendimento às regras de destinação, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.					
							Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 19/2023 NBASP 130	PO Geri Medidas de Seletividade	Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle interno. (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).			

PROCESSOS DE GESTÃO (NPC)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.		Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNIISP); Regimento Interno do Rode INFOCONTAS; Resolução Normativa Nº 09/2016; Resolução Normativa Nº 10/2017/TCE; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Portaria nº 954/2023	PO Produzir Relatório de Inteligência	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.	
						Resolução Normativa Nº 09/2016; Resolução Normativa Nº 19/2017; Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Manual de Segurança da Informação; Resolução Administrativa Nº 07/2024	PO Produzir Conhecimento Estratégico	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido			
						Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 19/2023; • Resolução Normativa nº 6/2024 • Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP)	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Fiscalização			
						Lei nº 16.168 Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Resolução (ii) Exposição de motivos			
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 19/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas			
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.			
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022-GPRES Resolução Adm. Nº 17/2024 Resolução Adm. Nº 19/2022 Resolução Adm. Nº 15/2024 Resolução Adm. Nº 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(i) DBR recebida
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e assegurar a qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.
						PO Gerir Garantia da Qualidade Resolução Administrativa nº 013/2023		Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Relatório de Garantia de Qualidade (ii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização			
						Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade de Controle Externo	(i) Ciclo de Garantia da Qualidade				
			Suporte à Função Judiciária	Secretaria-Geral		Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCEGO (art. 9º) Regimento Interno do TCEGO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função judiciária por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.
						Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/ 2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás; Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas (Consolidação). (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).	Tribunal	
						RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 - GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria-Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	Tribunal	
						Plano Estratégico TCEGO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989; e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO	Tribunal	
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria-Geral		Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2021.	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Serviço de Registro	(i) Registro de Ato de Pessoal.	Tribunal	(i) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.
						Lei nº 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Ato publicado no DOE/DEC. (ii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (iii) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	
						Resolução nº 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DEC.	Tribunal	
						Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Diretoria de Atos Oficiais e Controle Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DOE.	Tribunal	

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 49
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75